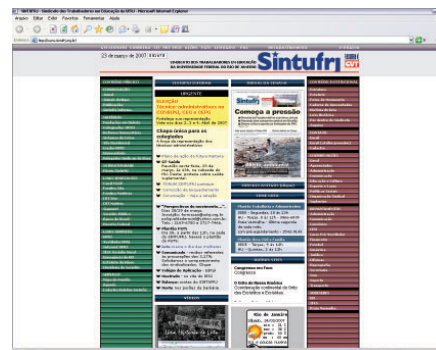


Jornal mais cedo na internet

Desde o início de março a versão on line do Jornal do SINTUFRJ passou a entrar na rede na manhã de sábado. Por meio do boletim eletrônico, o leitor pode receber o jornal no seu e-mail. É só se cadastrar na página do Sindicato: www.sintufjr.org.br.



A UFRJ vai às urnas

CAMPANHAS PARA A REITORIA E PARA OS CONSELHOS ENTRAM NA RETA FINAL



■ A comunidade da UFRJ se prepara para ir às urnas. Nos dias 2, 3 e 4 de abril (próxima semana) funcionários, professores e estudantes participam da pesquisa num pleito com chapa única para a Reitoria: Aloísio Teixeira e Sylvia Vargas são candidatos à recondução ao cargo de reitor e vice-reitor.

■ De modo simultâneo, quase 9 mil técnicos-administrativos estão habilitados ao voto para eleger os seus representantes no CEG, CEPG e Consuni. Os dois fatos têm significação simbólica de importância ímpar para a oxigenação democrática de uma das mais importantes universidades públicas do país.

■ Na sexta-feira, dia 30, os candidatos Aloísio e Sylvia têm um encontro marcado com a categoria numa reunião na subsede do Sindicato do HU. O objetivo do encontro é estabelecer compromissos do comando da Universidade com os servidores nos próximos quatro anos.

■ A eleição de representantes da categoria para os conselhos superiores é, por sua vez, a afirmação de uma das mais significativas conquistas da categoria quando se trata de disputar influência nas decisões institucionais.

Páginas 6, 7, 8 e 9

CUT-RJ discute PAC

Preocupação se volta para os prejuízos salariais do funcionalismo público.
Páginas 3, 4 e 5

Preconceito contra homossexuais

Escritório modelo da Faculdade Nacional de Direito é utilizado para estimular discriminação. *Página 11*

Funcionário homenageado

Melquisedequi Climério foi homenageado pela turma de formandos em Filosofia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. *Página 2*



Meia tonelada de lixo

Os detritos foram recolhidos na orla do Fundão na manhã de quinta-feira, dia 22, Dia Mundial da Água.

Página 12

Prédio inadequado prejudica atendimento na DVST

Por conta das precárias condições do prédio onde está instalada (assunto da edição nº 750 do Jornal do SINTUFJR) a Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST), a PR-4 adotou uma medida, no mínimo, curiosa: reduziu o horário de funcionamento da divisão. O atendimento, agora, só é realizado até as 13h, o que provoca prejuízos aos usuários. Segundo o pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Mariz, a iniciativa foi tomada porque as instalações elétricas estão precárias. E a discussão para a construção da nova sede da DVST será retomada.

“A Prefeitura Universitária



já fez o diagnóstico e o material para melhorar o sistema elétrico foi solicitado à Superintendência Geral de Administração e Finanças (SG-6). Concordo que o atendimento foi prejudicado, mas a principal demanda é no horário da manhã. Além disso, a situação atual da DVST já é melhor do que a de janeiro, pois há uma condição mínima de trabalho. Melhoramos a refrigeração e a informação, com a aquisição de novos computadores”, disse.

Além de funcionar num prédio sem condições adequadas, a DVST ainda é obrigada a conviver com um vizinho incômodo: a Rodocon,

empresa terceirizada que recolhe lixo hospitalar e lava os seus caminhões num terreno em frente à Divisão de Saúde.

Quanto à construção da sede da DVST, prevista pelo convênio com o Corpo de Bombeiros, Mariz diz que, com a mudança do governo estadual, será necessária uma nova negociação. “Esse assunto já foi levado ao reitor. Agora temos que conversar com o Sérgio Cabral e partir para a execução do projeto. Lembramos que a diretora da DVST, Vânia Glória, participará ativamente do projeto, que não será simplesmente arquitetônico por conta de suas atividades de atendimento.”

Foto: Niko Júnior



Formandos homenageiam funcionário

Depois de 15 anos dedicados à área da coordenação de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), o técnico-administrativo Melquisedequi Climério foi homenageado pela turma de formandos em Filosofia. A solenidade foi realizada no dia 22, no Salão Nobre do IFCS. “Foi uma grande surpresa essa homenagem. Normalmente, são escolhidos professores ilustres e não um funcionário”, disse Melquisedequi, que nomeará a turma dos formandos em Filosofia de 2007.

Notas >>>

CUT convoca pela defesa do veto à Emenda 3

Todos os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) estão convocados a participar da manifestação em defesa do veto já dado pelo presidente da República à Emenda 3, nesta terça-feira, 27, às 10h, no auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, em Brasília. Todas as outras centrais sindicais, federações e confederações de trabalhadores estarão presentes ao protesto contra a pressão do empresariado, da mídia e

da direita para derrubar o veto.

A Emenda 3 foi colocada de contrabando no projeto da Super Receita e a CUT entende que é um ataque aos direitos elementares dos trabalhadores. A Emenda 3 transforma funcionários em pessoas jurídicas, abrindo caminho para acabar com férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, FGTS, licença-maternidade, vale-transporte, vale-alimentação e assistência médica e previdenciária.

Políticas urbanas em debate

O ProLUGAR-PROARQ realizará no dia 27, às 10h30, no auditório Archimedes Memória, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, um debate sobre políticas públicas urbanas. Na mesa do evento estará o professor da Universidade Estadu-

al de San Diego, Lawrence Herzog. Autor do livro *Return to the Center*, Herzog desafia o pensamento atual sobre políticas urbanas e espaço público, globalização e o futuro de comunidades privatizadas.

Plantão FGTS

Dia 28, a partir das 11h, na sede do SINTUFJR, haverá plantão do FGTS.

Seminário na CUT-RJ discute PAC

Crítica maior tem como foco as conseqüências do plano para os salários do funcionalismo

Fotos: Niko Júnior

O congelamento salarial imposto aos servidores públicos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi o assunto que despertou a crítica de dirigentes e participantes no final do Seminário sobre o PAC, realizado na tarde do dia 21 de março no auditório do Sindicato dos Bancários, centro do Rio. Como se sabe, a proposta é limitar o crescimento da folha a 1,5% ao ano, já descontada a inflação. O evento, promovido pela CUT-Rio e pelo Sindicato dos Bancários, teve como objetivo avaliar a proposta do governo e divulgar a Jornada pelo Desenvolvimento Nacional que será realizada pela CUT nacional em conjunto com as demais centrais sindicais.

O economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Carlos Jar del Leal, e o professor de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesip), Eduardo Fagnani, foram os palestrantes convidados. Entre avaliações positivas e negativas sobre o PAC, a conclusão é a de que a batalha no Congresso Nacional – a CUT está propondo a substituição do artigo sobre o funcionalismo pelo Projeto de Lei Complementar do deputado Vicentinho (PT-SP), que prevê reajuste superior à inflação – será muito dura. O seminário, com cerca de 70 pessoas, contou com a presença dos diretores da Executiva nacional Adeilson Telles, Julio Turra e Lúcia Reis. Pela CUT-RJ, estava a presidente Neuza Luzia e o vice-presidente Darby Igayara, assim como diretores e dirigentes do Sindicato dos Bancários.

No que se refere ao funcionalismo, a crítica dos palestrantes corroborou com a da platéia. “O PAC tem pontos positivos e negativos. Um ponto muito negativo é o salário dos servidores. Isso tem que ser objeto de luta, e a jornada das centrais é um bom momento, aliada à proposta da CUT para que esta luta se realize”, afirmou Fagnani. O

professor de economia explicou que a retórica conservadora que defende a redução dos gastos públicos imperou no PAC, atingindo especificamente os trabalhadores da União.

Batalha no Congresso Nacional vai ser dura

Jardel chamou a atenção para a lógica defendida na época da reforma da Previdência: “Ao que me parece estão querendo fazer a mesma coisa com o funcionalismo público.” Ele chamou atenção para a visão preconceituosa e conservadora sobre o serviço público e destacou a necessidade de os trabalhadores saírem em defesa da educação e da saúde públicas: “Não são só os conservadores que são contra. Muitos de nós reforçamos essa visão e contribuimos para isso quando fazemos de tudo para colocarmos nossos filhos nas escolas privadas. Perdemos a oportunidade de brigar por uma escola decente e não defendemos o ensino público.”



JARDEL LEAL E EDUARDO FAGNANI (ABAIXO). Críticas ao PAC apresentado pelo governo



Programa não toca nos juros

As críticas levantadas no seminário também foram as das contradições do PAC, entre elas a de não tocar na questão dos juros e de o programa ter sido elaborado sem diálogo com o movimento sindical. O dirigente Julio Turra, da CUT nacional, foi veemente ao criticar a proposta para o funcionalismo. “É um absurdo limitar o crescimento da folha a 1,5% ao ano. É criar uma situação salarial insustentável e sucatear o serviço público”, avaliou. Marcelo Azevedo, diretor do Sindicato dos Bancários do Rio e da CUT-RJ, criticou também a restrição de gastos com o funcionalismo federal. Ele destacou a isenção do sistema financeiro: “É um setor com lucratividade recorde a cada ano, do qual se deveria exigir contrapartidas, como mais investimentos e menos juros.” Segundo Marcelo, os traba-

lhadores não têm espaço para disputas dentro do governo, e se os sindicatos não conseguirem mobilizar a sociedade e suas próprias bases, o PAC saíra do Congresso pior do que entrou.

Paulo Sérgio Farias, secretário de Políticas Sociais da CUT-2RJ, defendeu mudanças em vários pontos do PAC, e mostrou preocupação com o fato do plano vir a ser votado por um Congresso Nacional conservador. “Vamos precisar de muita mobilização para garantir as mudanças que queremos”, afirmou. Neuza Luzia, presidente da CUT, que concorda com os aspectos do PAC para induzir o crescimento econômico, criticou a forma como foi concebido o plano, sem consulta ao movimento social. “Esta falta de diálogo vai obrigar o movimento social a se mobilizar para exigir as mudanças necessárias”, avaliou.

Diálogo difícil

Dirigente aponta as dificuldades nas conversas com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo

Lúcia Reis, da CUT nacional, apesar de afirmar que o programa do governo traz uma sinalização positiva, lamentou a dificuldade da CUT, até agora, em discutir com o governo a retirada do limitador de despesas: “Tivemos duas reuniões com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para discutir a retirada da restrição dos gastos, mas até agora sem propostas concretas. Mas estamos investindo neste ponto cada vez mais.” A dirigente, que é responsável pela área do funcionalismo nas negociações com o governo, afirmou que a experiência no Congresso tem sido dura.

Outro dirigente da Central, Adelson Telles, aproveitou para falar da organização, com as demais centrais, de uma Jornada pelo Desenvolvimento Nacional, que prevê um grande seminário em São Paulo, nos dias 3 e 4 de abril, ao final do qual será produzido documento a ser encaminhado ao governo. Ele afirmou que a CUT fez uma ampla avaliação do PAC, solicitou mudanças ao governo e vem organizando debates

sobre o assunto em vários estados, para mobilizar os trabalhadores.

VISÃO MACRO – Os palestrantes concentraram-se em uma avaliação geral sobre o PAC, destacando a iniciativa do governo de fomentar, mesmo com limitações, a questão do desenvolvimento e do papel do Estado na economia – política esta abandonada nos anos de ouro do

neoliberalismo. Segundo eles, a discussão é mais política do que técnica.

Eduardo Fagnani disse que o PAC mostra uma inflexão no modelo econômico até aqui implementado, baseado no ajuste fiscal: “Este é, para mim, o dado mais positivo do PAC: o plano sinaliza um início de mudança no modelo econômico por parte do governo.” Para ele, o

mais importante não é o PAC, “mas a mudança no segundo mandato do governo Lula para a percepção de uma política de desenvolvimento”. O economista defende a construção de um “projeto nacional adequado à luta dos trabalhadores e à construção de uma nação”. E afirmou no final de sua fala: “O PAC não é a salvação da lavoura, tem que avançar muito, e a CUT e

o movimento sindical têm muito que contribuir para ele.”

Jardel Leal defendeu a participação efetiva dos trabalhadores nas mudanças necessárias para o país e acredita que o PAC abre uma perspectiva histórica para isso. No entanto, alertou para a falta de debate e para a necessidade de conhecer a proposta do governo. “Nós temos andado para trás de forma significativa. Esse é o ponto! Nosso PIB (produto interno bruto – soma da riqueza de uma nação) vem caindo. Nós estamos patinando em comparação com outras economias. A questão econômica não é tudo, mas é o central para que recuperemos o caminho do desenvolvimento iniciado a partir dos anos 30. Também não é apenas pensar só do ponto de vista econômico. É preciso repensar o país para construir um novo modelo e uma nova sociedade”, defendeu Jardel Leal. E sentenciou: o modelo de concentração de renda se aprofundou e o capitalismo entrou na sua era de acumulação financeira.



NO DEBATE. Mesa do seminário realizado na CUT-RJ na semana passada

Fasubra cobra negociação com governo

Em reunião com o MEC dia 21 de março, em Brasília, representantes da Fasubra reivindicaram a retomada das negociações para resolver as questões pendentes da categoria, principalmente a situação do Vencimento Básico Complementar (VBC), que congelou o salário de parcela significativa da categoria.

Apesar de o MEC afirmar estar preocupado em resolver o problema - ainda mais

em relação ao piso do nível superior que vem dificultando a contratação de pessoal nas universidades -, ainda não se pôde avançar na discussão diante da indefinição da equipe interna do Ministério e da formalização do ministro Fernando Haddad no cargo.

PAC - Para o secretário André Lázaro, que se reuniu com a Fasubra, a questão do PAC não impede a discussão do avanço da tabela salarial

e a retomada do processo de negociação, pois há espaço para a negociação. Os dirigentes destacaram que, mesmo lutando pela retirada do limitador de despesas com pessoal, querem a garantia do governo de que os acordos firmados até 2006 serão respeitados. Em 2004 a federação firmou um Acordo de Greve no qual consta o compromisso do MEC em dar “continuidade ao processo de implantação plena da

Carreira, a partir dos parâmetros apresentados na negociação, como piso e step históricos”.

SAÚDE – O MEC foi claro na reunião: não existem recursos no Orçamento para o plano de saúde suplementar. Mas a representação do Ministério disse que irá cobrar a verba na reunião com o Ministério do Planejamento. A informação oficial é a de que o único recurso que existe é na rubrica de OCC

(Outros Custeios e Capitais), assim como a de que o custo do benefício consumiria um terço do valor destinado nessa rubrica, que sustenta os investimentos e custeio das universidades.

Uma nova reunião deve ser marcada para o mês de abril, e o secretário comprometeu-se a discutir as questões com as instâncias de governo para responder à Fasubra.

Projeto de Vicentinho propõe aumento acima da inflação

Proposta, que contraria a limitação salarial imposta pelo PAC, é encampada pelo movimento

O deputado federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT-SP) elaborou um projeto de lei complementar (PLC) que propõe reajuste superior à variação inflacionária do ano anterior para o funcionalismo público e define uma política salarial para o funcionalismo. Este PLC está sendo a alternativa para contrapor o artigo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que limita a folha dos servidores da União. A retirada deste artigo é a luta principal da categoria, que vai travar ao lado da CUT uma difícil batalha no Congresso Nacional para a mudança na proposta apresentada pelo governo.

Segundo a Fasubra, o projeto de lei complementar PLC do deputado Vicentinho traduz a posição política dos servidores públicos sobre a política salarial para o conjunto da categoria. Por isso, a direção da federação alerta para a construção de uma atuação

forte no Congresso a fim de pressionar os parlamentares para a aprovação do PLC. Os sindicatos devem também em seus estados procurar os parlamentares para explicar a problemática do limitador de despesas e o conseqüente congelamento dos salários, pedindo apoio ao PLC.

DISTORÇÕES – Em sua justificativa o deputado afirma que os servidores do Executivo são aqueles que apresentam maiores distorções, como também têm os menores salários em relação aos demais setores. Vicentinho defende ainda que o projeto de lei tem por finalidade possibilitar que

ocorram reposições das perdas salariais ocorridas no período de 1995 a 2006, que haja ainda a incorporação das gratificações salariais com correção das distorções, assim como isonomia salarial com a definição de reajustes anuais pela inflação acrescidos de ganho real.

Segundo Vicentinho, a proposta é viável, haja vista que os gastos com pessoal não têm subido nos últimos anos; ao contrário, vêm diminuindo: a participação das despesas com pessoal no total da receita corrente líquida da União caiu de 56,2% em 1995 para 30,9% em 2005. Ele finaliza sua justificativa chamando a atenção para a questão da valorização do serviço público e de seus trabalhadores: “Pensando-se na qualidade dos serviços públicos prestados à população bem como no fortalecimento do Estado brasileiro como principal ator do desenvolvimento do País, é necessário que o debate passe, também, pela valorização dos servidores públicos federais, procurando-se, inclusive, rediscutir a brutal diferenciação salarial atualmente existente, sobretudo no caso do Poder Executivo.”



CONTRARIANDO O PAC. Emenda de Vicentinho, ex-sindicalista, quer preservar salários

Conheça o projeto

Projeto de Lei Complementar

Acresce dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

Art-1º - A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 71-A – A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, deverá assegurar o reajuste superior à variação inflacionária do ano anterior”.

§ 1º Não estão contidos no cálculo da revisão, as despesas relativas às novas contratações bem como substituição por servidor público concursado da mão-de-obra terceirizada, como também as correções das distorções salariais, reposição salarial das perdas de 1995 a 2006 e ainda as incorporações das gratificações.”

Enquanto isso...

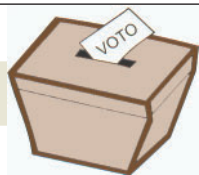
Enquanto com os sindicalistas o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo já teve duas reuniões e não acenou com propostas concretas quanto ao limitador de despesas imposto ao funcionalismo público federal, considerou razoável o reajuste de 26,5% para parlamentares, ministros e para o presidente da República aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara na quinta-feira, dia 22.

“O aumento é baseado num critério razoável: reajuste pela inflação”, disse o ministro na sexta-feira. O reajuste leva em conta a inflação acumulada entre fevereiro de 2003 e fevereiro deste ano medida pelo IPCA. Os vencimentos dos deputados federais e senadores sobem de R\$ 12.800 para R\$ 16.250, o do presidente da República de R\$ 8.885,48 para R\$ 11.239,24, e dos ministros de R\$ 8.362,80 para R\$ 10.578,11.

Para ser concretizado, o reajuste precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado e pelos comissões permanentes de senadores. A previsão é que o impacto anual do reajuste seja de R\$ 566 milhões. Paulo Bernardo esquivou-se de responder se há recursos nos cofres públicos para bancar o aumento: “Essa pergunta deve ser feita para quem aprovou o projeto.”



MINISTRO. Condescendente com aumento dos parlamentares



O chamado das urnas

Na próxima semana os técnicos-administrativos votam para eleger os seus representantes nos conselhos

Nos dias 2, 3 e 4 de abril os técnicos-administrativos têm um compromisso inadiável a cumprir: ir às urnas e eleger seus novos representantes nos Conselhos Universitário (Consuni), de Ensino e Graduação (CEG) e de Ensino para Graduados (CEPG). Ter voz e voto nos órgãos colegiados foi uma das mais significativas conquistas da categoria em nível institucional dentro da UFRJ. Porque as mais importantes decisões, deliberações e encaminhamentos tomados pelas instâncias superiores da universidade têm que passar por todos nós, trabalhadores em educação.

A conquista desse espaço institucional também garantiu à categoria o respeito necessário e devido na universidade. Foi resultado de uma luta iniciada nos anos 80, cuja primeira vitória comemoramos em 1998, assumindo uma vaga no Conselho Universitário. Em 2002 ampliamos nossa representação aos outros dois órgãos colegiados. Nesta eleição, 14 técnicos-administrativos que têm demonstrado compromisso com a universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade se colocaram à disposição para representá-la no Consuni, CEG e CEPG. Participe, companheiro. Vote na Chapa 200.

Documento-compromisso dos candidatos

Desta vez não haverá disputas, porque só uma chapa, a Chapa 200, reúne todos os postulantes aos órgãos colegiados. São cinco titulares com suplentes para o Conselho Universitário e um titular e um suplente para o CEG e o CEPG. A Chapa 200 produziu e assinou um documento de compromisso de atuação nos órgãos colegiados. Eis os principais pontos:

1- Defender a elaboração anual do orçamento com todas as fontes de recursos da UFRJ e com plena discussão nos órgãos colegiados, para que o mesmo retrate as necessidades institucionais do conjunto da universidade. Sendo, portanto, necessário que nas unidades os técnico-administrativos sejam chamados a participar da elaboração do orçamento, bem como todos os demais segmentos da comunidade universitária, que são os docentes e estudantes, pondo um ponto final na política de tratamento do tema apenas nos

gabinetes de diretores.

2- Trabalhar em conjunto com o SINTUFRJ na perspectiva de conscientizar a categoria da importância

Defender a elaboração anual do orçamento com todas as fontes de recursos da UFRJ e com plena discussão.

dela participar dos fóruns de decisões das unidades, decanias e colegiados superiores.

3- Defender a aplicação do artigo 207 da Constituição: Autonomia universitária.

4- Lutar pela revogação da Lei nº 9.192/96 e do Decreto-Lei nº 1.916/96, e das leis que estabelecem os 70% para docentes e a lista tripartite. Nossa defesa é pela eleição direta e, no mínimo, paritária da comunidade universitária.

5- Construir junto à direção do SINTUFRJ políti-

cas de defesa da universidade pública e gratuita, e propor o debate nos Conselhos Superiores a respeito dos cursos pagos existentes na UFRJ, o uso desses recursos assim como do funcionamento das fundações universitárias.

6- Defender a inclusão da discussão nos colegiados do Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação. Para garantir a construção dos Programas de Avaliação e Capacitação. Como também garantir nos colegiados a discussão do dimensionamento para definição de vagas de técnico-administrativo nos concursos públicos, mas respeitando o debate no movimento e na Comissão Interna de Supervisão da Carreira da UFRJ (CIS).

7- Defender os hospitais de ensino na estrutura institucional e orçamentária da universidade e como instituições públicas, e a necessidade urgente de concurso público.

8- Defender a criação de comissão paritária para co-

ordenar a discussão da construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com definição de prazos, metodologia e plena participação. Para democratização do debate e tratando o PDI como um plano institucional e não de gestão administrativa.

9- Lutar para que a UFRJ consolide os princípios de Ensino, Pesquisa e Extensão, mas sempre direcionando a Universidade para as questões sociais e às necessidades e reivindicações da maioria da população.

Por tudo isso, companheiros, é que precisamos ter uma bancada com au-

Construir junto à direção do SINTUFRJ políticas de defesa da universidade pública e gratuita.

toridade, compromissada com as lutas da nossa categoria e capaz de intervir com firmeza nos colegiados superiores na defesa das nossas reivindicações.

Chapa 200



Quase 9 mil eleitores habilitados ao voto

Comissão quer colaboração de companheiros para trabalharem no pleito

A comissão responsável por organizar o processo de escolha dos representantes dos técnicos-administrativos aos órgãos colegiados superiores informou que 8.790 eleitores votarão nos dias 2, 3 e 4 de abril. Esse total corresponde à categoria em atividade que será distribuída em 43 seções. Os votos serão coletados em urnas convencionais, porque o Tribunal Regional Eleitoral indeferiu o pedido da comissão de empréstimo das urnas eletrônicas.

APELO – A comissão faz um apelo aos técnicos-administrativos para que colaborem com o processo inscrevendo-se para trabalhar nos dias de eleição. Estão faltando mesários. Os que se dispuserem a ajudar devem entrar em contato com a comissão, que está instalada no 2º andar do prédio da Reitoria. Telefone 2598-1619, fax 2598-1605. E-mail: comissaotae@reitoria.ufjr.br

A próxima edição do Jornal do SINTUFRJ vai trazer o mapa completo de votação para escolha dos representantes dos técnicos-administrativos aos órgãos colegiados: seções, localização e horários de abertura e fechamento das urnas, a cada dia.

Conselho Universitário – CHAPA 200



TITULAR
Agnaldo Fernandes
CCJE



TITULAR
Izaias Gonçalves Bastos
F. Farmácia/CCS



TITULAR
Jeferson Salazar
FAU/CLA



TITULAR
Roberto de M. Gomes
HUCFF/CCS



TITULAR
Milton S. S. Madeira
HUCFF/CCS



SUPLENTE
Antonio Gutemberg
Alves do Traço
PUI/Reitoria



SUPLENTE
Julio D'Assunção
Barros Junior
COPPE/CT



SUPLENTE
Cláudio Heitor
Tavares Gress
I. Neurologia/CCS



SUPLENTE
Risaneide A. Cordeiro
I. Biologia/CCS



SUPLENTE
José Carlos Pereira
CT

Conselho de Ensino de Graduação - CEG



TITULAR
Sergio Guedes
NCE/CCMN



SUPLENTE
Ana Maria de Almeida
IDT-ICES/CCS

Conselho de Ensino para Graduados - CEPG



TITULAR
Claudia L. R. da Motta
NCE/CCMN



SUPLENTE
Lucia H. A. Salis
HUCFF/CCS

Frente a frente com Aloísio

Candidato único a reitor, Aloísio Teixeira debate nesta sexta-feira com a categoria na subsede do Sindicato no HU

Foto: NikoJúnior

Aloísio Teixeira e Sylvia Vargas – candidatos à recondução aos cargos de reitor e vice-reitor da UFRJ – têm um encontro marcado com os trabalhadores da UFRJ às 10h desta sexta-feira na subsede do Sindicato no Hospital Universitário. O objetivo da reunião é estabelecer compromissos do comando da UFRJ com os funcionários para os próximos quatro anos. A mobilização é fundamental para construir a pressão política necessária para que seja incluída na agenda do próximo mandato a implementação de reivindicações já consolidadas e aprovadas, por exemplo, no Conselho Universitário.

“Queremos que assuntos recorrentes da Universidade, discutidos e com aprovação no Consuni, sejam implementados”, explica a coordenadora Denise Góes.

Na reunião de sexta-feira poderão constar da pauta a concessão de bolsas para técnicos-administrativos, a reserva de vagas nos cursos de graduação para a categoria, a questão do atendimento no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho ou do plano de saúde, que já foi motivo de resolução. “Portanto queremos que a PR-4 e a Reitoria pressionem o governo para tentar garantir isso”, diz Denise. A dirigente citou, ainda, entre outros pontos, a regularização da cessão do terreno para a nossa sede social, decisão já aprovada pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), e a necessidade de uma política de habitação para seus funcionários com base na cessão de terrenos ociosos para construção de casas (isso sem tocar na Vila Residencial).

A direção pretende formular uma pauta concisa, mas baseada na realidade, com pontos já conquistados e ainda não implementados. A pauta será elaborada na reunião de diretoria segunda-feira, dia 26.



Voto será em cédulas

O TRE não cedeu as urnas eletrônicas para a UFRJ, alegando questões de funcionamento interno, informou Chantal Russi, da Comissão Eleitoral. Portanto, os eleitores votam mesmo nas conhecidas cédulas. No papel constará o nome dos candidatos da chapa 10, e um quadrado ao lado, onde o eleitor marcará o voto.

Reitor ficou devendo

Há quatro anos, no curso da campanha, o então candidato Aloísio Teixeira assumiu vários compromissos expressos na sua plataforma. Muitos dos quais, por causas diversas, não foram cumpridos. Veja as promessas feitas na ocasião.

■ Aloísio Teixeira disse que o Fundão deveria ser ocupado como um espaço efetivo de atividades e cultura. Não aconteceu.

■ Que o sistema de administração deve ser reformado, com participação democrática, com a adoção de uma Ouvidoria reeleita pelo voto direto. Não aconteceu.

■ A Reitoria estará com-

prometida com o restabelecimento da autonomia da gestão financeira. Trata-se de luta política mais ampla.

■ Há que atuar para garantir a permanência dos estudantes nos campi, com a reabertura dos restaurantes universitários e a ampliação e melhoria dos alojamentos. O bandeirão só agora está saindo do papel e o alojamento não recebeu melhorias.

■ Mas a evasão possui causas estritamente acadêmicas, além de outras, que devem ser equacionadas e atacadas. Entre elas, situa-se a questão dos novos cursos, que devem ser criados

não para atender a eventuais demandas do “mercado”, mas para atender às verdadeiras exigências da sociedade. A universidade foi tímida na criação de novos cursos.

■ As carências da Universidade em seu quadro técnico-administrativo são imensas. O questão dos hospitais chega a ser dramática, porque é impossível ampliar os serviços sem pessoal. Devemos, mais uma vez, aportar soluções para o problema, apresentando propostas de mudanças nos mecanismos de financiamento dos hospitais universitários. Não aconteceu.

■ Outra questão importante é rediscutir e atualizar o Plano de Atenção à Saúde do Trabalhador da UFRJ, elaborado em 1994, e nunca aplicado. Não aconteceu.

■ O problema da segurança é particularmente grave na Ilha do Fundão. Devemos adotar políticas de médio e longo prazo, visando melhorar a ocupação da Ilha, resolver determinados problemas de infra-estrutura e aumentar a densidade da vida social. Não aconteceu.

São registros que só reforçam a importância da reunião desta sexta-feira para se fazer cobranças e estabelecer compromissos.

CEG debate Universidade Nova

Conselheiros identificaram a necessidade de um maior amadurecimento dos debates

Na última sessão realizada na quarta-feira, 21 de março, o Conselho de Ensino e Graduação (CEG) discutiu a proposta Universidade Nova. A reunião foi presidida pelo pró-reitor de Ensino e Graduação, José Roberto Meyer, que já havia previsto que a discussão não se encerraria em apenas um encontro. A representante dos técnico-administrativos no CEG, Ana Maria Ribeiro, destacou que as leis existem, no estado democrático, e que ter que cumpri-las não significa que aderimos a elas, quando não concordamos, mas que devemos lutar nos espaços públicos pela sua mudança. Ela fez essa introdução para destacar o fato da LDB prever como finalidade da educação superior a formação profissional e o discurso dos defensores da Universidade Nova de que a universidade não deve ser o espaço para

formação profissional.

O diretor da Escola Politécnica, Ericson Almendra, iniciou o debate assinalando que a exposição do reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar de Almeida, na Aula Magna realizada no dia 14, não foi muito convincente. Uma de suas críticas passa pela proposta de Ciclo Básico. Segundo ele, este Ciclo faz uma mistura completa dos cursos e não é funcional. Além de apresentar suas observações à proposta de Universidade Nova, Almendra diagnosticou a atual situação da UFRJ como de extrema ineficiência. Segundo ele, a carga didática poderia ser melhor distribuída e o número de vagas oferecidas aumentado. O assunto será retomado na próxima reunião do Conselho.

PROCESSO DE SELEÇÃO – O processo de seleção, para o ingresso na Universidade Nova, proposto pelo projeto

se diz democrático e incluído. Apresenta o Exame Nacional dos Estudantes do Ensino Médio (ENEM) como o melhor exemplo de processo seletivo. Segundo o professor de engenharia mecânica, Fernando Castro Pinto, nunca será possível conseguir um processo de seleção sem exclusão, pois esta é inerente ao sistema, já que as vagas são insuficientes para a demanda. “A exclusão seria resolvida se tivéssemos um ensino público de boa qualidade para todo mundo”, afirmou. Castro acredita que a formação não pode se pautar nas necessidades do mercado, como propõe o projeto, mas disse que a idéia da interdisciplinaridade é interessante.

CARGA HORÁRIA – Ericson Almendra propôs a redução da carga horária dos cursos de Engenharia, hoje de 5 anos, como já fazem outros países. “Nos Estados

Unidos a duração do curso é de 4 anos porque a especialização ocorre nas próprias empresas. Já em Portugal sua duração é de 3 anos. Nesses países a ordem dos engenheiros é a responsável por diplomar o graduado e não as universidades. Muitos dos nossos estudantes já saem do curso empregados. Por isso, acho que 3 anos são o suficiente e os outros dois anos desnecessários. É jogar dinheiro fora”, disse.

Segundo Ana Maria Ribeiro, para assemelhar o Ensino Superior brasileiro com o europeu deve-se distinguir as diferentes realidades sociais, destacando que na Europa o ensino obrigatório é de 12 anos e que a nota do ENEM deles é que determina em que curso poderá concorrer a uma vaga. A representação dos estudantes no CEG se colocou contra o projeto por considerar que a proposta pontua somente o

mercado de trabalho e esquece a função social da universidade.

Vários conselheiros se posicionaram no sentido de amadurecer mais o debate e da necessidade de mudanças na estrutura e organização acadêmica da universidade. Ao final foi aprovada a redação de uma nota de esclarecimento à comunidade sobre a importância da decisão por unanimidade de suspensão da sessão do Conselho no dia 14/3 para assistir à Aula Magna, em função de notícias vinculadas em órgãos de comunicação na comunidade universitária.

Após a sessão do CEG/CEPG realizada dia 23/3, o CEG aprovou a ida de três conselheiros ao II Seminário Universidade Nova que se realizará nos dias 29, 30 e 31/3 na UnB. Serão as Profas. Sylvia (CCJE), Marcia (CFCH) e a representantes dos TAEs, Ana Maria.

OPINIÃO

Dia Internacional pela eliminação da discriminação racial

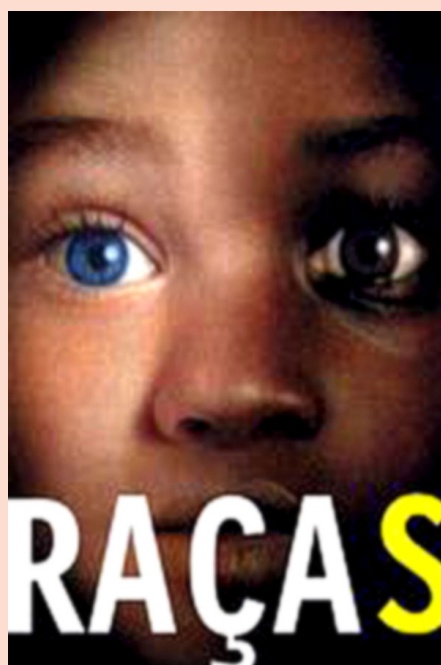
No último dia 21 de março comemorou-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Para muitos pode parecer que não haja necessidade deste dia, pois como dizem que vivemos em uma democracia racial, não há nenhum tipo de distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na cor, ascendência ou origem étnica.

Entretanto, é importante resgatar, para que fique sempre na memória, que neste dia, no ano de 1960, na cidade de Johannesburgo, capital da África do Sul, 20 mil negros protestavam contra a Lei do Passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular.

Por isso, articulou-se uma manifestação pacífica, onde o exército contra-atacou atirando sobre a multidão, matando 69 pessoas e ferindo outras 186. Esta terrível ação ficou conhecida como o Massacre de Shaperville, e em memória a esta tragédia a ONU instituiu o 21 de Março como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

De 1960 até os dias de hoje muita coisa realmente mudou, mas não podemos afirmar que vivemos numa sociedade que aboliu definitivamente o racismo de sua estrutura; as desigualdades ainda permanecem marcando a trajetória do negro no Brasil em vários aspectos.

Precisamos continuar na luta por



um programa de ações afirmativas, que possa delinear um conjunto de ações governamentais que proporcionem igualdade de oportunidades, que visualize as condições em que o negro foi lançado na sociedade por conta da abolição da escravidão – sem casa, sem dinheiro, sem nenhuma qualificação, enfim, sem nenhuma condição de se estabelecer.

Precisamos deixar de considerar este dia como um dia qualquer, porque não é. Precisamos ser propagadores da importância da existência deste dia, como um marco importante na luta negra.

Denise Francisco Góes
Militante do Movimento Negro

CIS: seminário nacional

Reunião em Brasília reúne representantes de todo país para tornar mais eficiente o trabalho das comissões

Mais de 150 pessoas participaram do encontro nacional das Comissões Internas de Supervisão, dias 21 e 22, em Brasília, promovido pela Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho da Fasubra. Estiveram presentes representantes das Ifes de todo o país, Fasubra, Sinasefe, MEC, das CIS, dos setores de Recursos Humanos e sindicatos filiados.

A proposta foi discutir problemas que as Comissões enfrentam e apontar caminhos, como explicou Fátima Reis, da Coordenação de Educação.

O tema do seminário constou um painel da realidade das CIS, Programa de Avaliação de Desempenho, Concepções de Avaliação, as diretrizes sob a concepção de avaliação de desempenho que queremos, programa de dimensionamento.

Representando a UFRJ, foram para o seminário da CIS Francisco de Assis, Nilce Correa, Carmem Coelho, Hilda Martins, Vanda Souza, Nivaldo Holmes, Roberto Gomes, Arnaldo, Francisco Carlos e Terezinha.

Nivaldo, coordenador da CIS da UFRJ, explica que, pelo que pôde observar, a situação nacional está estacionada porque a Comissão Nacional de Supervisão (CNS) não tem se reunido.

O tema que tomou o primeiro dia do encontro foi a avaliação de desempenho. “Há muitas dúvidas que os participantes levantaram. Foi importante para nivelar as informações”. Há perspectiva, segundo o coordenador, de realização de outro seminário, só para discutir dimensionamento de pessoal – porque a avaliação tornou-se o tema principal com a proximidade do prazo-limite dado pela legislação – 1º de junho.

A primeira mesa, de infor-

mes e reivindicações, possibilitou aos participantes a oportunidade de debater com a coordenadora de Gestão de Pessoas do MEC, Maria do Socorro, Nina e aproveitaram para cobrar situações pendentes e a reanimação da CNS.

No segundo dia do evento, segundo o coordenador, os participantes se dedicaram ao trabalho de grupo com o objetivo de preparar uma diretriz em relação à avaliação de desempenho.

GT-Carreira

Nos dias 19 e 20, houve a reunião do GT-Carreira nacional, na qual foram debatidos temas de interesse categoria. Foram representantes do GT local Francisco de Assis, Nilce Correa e Juscelino Souza.

Segundo Francisco de Assis, o GT se deteve na questão da racionalização. Os presentes buscaram amadurecer a argumentação que dará sustentação à reivindicação de solução para situações pendentes para as quais a plenária já aprovou

mudanças. A discussão vai ser remetida à base – que deverá contribuir para a fundamentação das reivindicações – e à próxima plenária nacional.

Segundo Nilce Correa, o trabalho do GT finaliza o processo de racionalização: o grupo preparou justificativa de alguns cargos pendentes e outros ainda serão remetidos à plenária. Está prevista a realização de reunião com o MEC sobre o tema da racionalização, em abril.

Seminário esclarece dúvidas

A reunião do GT-Educação em Brasília se transformou num seminário com as coordenações de Aposentados e Políticas Sociais da Fasubra. As entidades de base mandaram representantes destas coordenações. O número total chegou a 60, e os integrantes do GT acabaram tendo a tarefa de esclarecer diversas dúvidas.

Segundo a coordenadora-geral do SINTUFRJ, Ana Maria Ribeiro, que integra o GT-Educação da Fasubra e participou do encontro, a reunião serviu para explicar que a folha de pagamento dos aposentados não será desvinculada da Universidade. “Há muita confusão de informação sobre esta questão e esclarecemos o ponto. Isso não acontecerá, e uma prova disso é que a desvinculação quebraria por completo o plano de carreira nas universida-

des”, explicou.

No dia 16 o seminário tratou do artigo 50 do Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores. O artigo garante que as despesas com aposentados e pensionistas das universidades públicas sejam pagas pela União, através do Tesouro Nacional, assim como ratifica a sua manutenção na folha de pagamento das instituições. No dia seguinte, pela manhã, o reitor da UnB, Timothy Mulholland, apresentou o Projeto Universidade Nova aos participantes. Este projeto propõe mudanças na forma de ingresso nas universidades federais e alterações na estrutura curricular dos cursos. O GT da Fasubra ainda não discutiu a proposta. Na parte da tarde o artigo 50 voltou novamente à pauta. No último dia, no domingo, 18, a pauta tratou dos hospitais universitários.

Seminário sobre Universidade Nova

A UnB organiza entre os dias 21 e 31 de março o Segundo Seminário Universidade Nova: Anísio Teixeira e a Universidade do Século 21. Durante esses dias, serão apresentadas as diretrizes do Projeto Universidade Nova com palestras e debates entre profissi-

onais de educação de todo o país. As atividades ocorrerão no Auditório Dois Candangos do campus Darcy Ribeiro. O reitor da UnB, Timothy Mulholland, convidou formalmente a categoria dos técnicos-administrativos no seminário conjunto da Fasubra.

Notas >>>

A luta dos trabalhadores em livro

O lançamento do livro *A luta dos trabalhadores no Brasil*, de Vito Giannotti, publicado pela Editora Mauad, será dia 27, terça-feira, às 18h30, no Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro (Avenida Rio Branco, 277, sala 410, Cinelândia). O livro é resultado de dez anos de pesquisa e prima por uma linguagem simples e acessível.

I Semana de Jornalismo da UFRJ

Entre os dias 27 e 30 será realizada “A meio a Meios – I Semana de Jornalismo da UFRJ”, no campus da Praia Vermelha. Organizado pelo Programa de Educação Tutorial da Escola de Comunicação da UFRJ (PET-ECO), o evento contará com a presença de profissionais renomados da comunicação alternativa e jornalistas como Caco Barcelos, Arthur Dapieve. Have-

rá ainda, exposições de trabalhos impressos, audiovisuais e artísticos, que deverão ser enviados, entre os dias 15 e 26, para o e-mail inscricoes@meioameios.com. As inscrições para participar do encontro também podem ser feitas através do e-mail inscricoes@meioameios.com. Informações através do telefone (21) 3873-5080.

Vigilância – Os vigilantes estão convocados para reunião dia 30 de março, sexta-feira, às 14h, no Espaço Cultural do SINTUFRJ. Em pauta a realização do Seminário Local de Segurança.

Vergonha!

Escritório-modelo da Faculdade de Direito é utilizado para estimular preconceito

A juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Alessandra Cristina Tufversson Peixoto, julgou improcedente a ação popular (processo nº 2003.001.05026-8) de autoria de Eduardo Banks dos Santos e patrocinada pelo professor auxiliar da Faculdade Nacional de Direito, Agnelo Maia Borges de Medeiros, por intermédio do Escritório-Modelo da instituição. A ação é de 2003 e era contra a realização da VIII Parada do Orgulho Gay.

No entendimento da magistrada, a ação popular em questão “é ofensiva à dignidade da Justiça”. Além de condenar Eduardo Banks ao pagamento das custas proces-suais, ela recomendou à seção re-gional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e ao Ministério Público adoção de “providências cabíveis contra os advogados signatários e o autor da ação”.



FND. Escritório usado como instrumento de discriminação

Congregação age com firmeza

A Congregação da Faculdade Nacional de Direito, reunida no dia 15 de março, aprovou nota pública de repúdio à utilização indevida do Escritório-Modelo para patrocinar “a ação popular proposta por Eduardo Banks dos Santos Pinheiro, patrocinada pelo advogado e professor da FND Agnelo Maia Borges de Medeiros contra a realização da VIII Parada do Orgulho Gay”, e conclui determinando a “instauração de sindicância administrativa para apuração dos fatos e definição das responsabilidades funcionais”.

Para os membros da Congregação, a indevida utilização do Escritório Modelo foi uma iniciativa de “afrontar as mais elementares liberdades de manifestação de opção sexual, impregnada de preconceito e homofobia”. O advogado e ex-aluno da FND Tércio Lins e Silva enviou mensagem de solidariedade e de congratulações aos membros da Congregação da FND.

INCONSTITUCIONAL – O representante dos docentes adjuntos na

Congregação, Flávio Martins, afirmou que o Escritório-Modelo é um ambiente público, portanto, jamais poderia patrocinar causas que estejam ao arripio da lei. “Nós, brasileiros”, ensinou o professor, “temos dois princípios constitucionais: o direito de realização e de que seja respeitada qualquer manifestação pacífica e que repudiamos qualquer tipo de discriminação em função de raça, cor, condição social, religiosa e opção sexual. E as expressões contidas na petição da ação popular tinha carga muito forte de preconceito contra opção sexual, o que contraria o direito constitucional.”

Segundo o professor, o autor ter entrado com a ação é legal. A questão foi ele utilizar a estrutura de um ambiente público para fazer isso. Ele considerou como “equivocada” a atitude do professor que patrocinou esse tipo de ação popular. “Precisamos apurar as responsabilidades, então, abre-se um processo administrativo para aplicação de pe-

nalidades, mas preservando o direito de defesa”, avisou. Quanto ao desdobramento por conta da juíza, explicou que caberá ao Tribunal de Ética da OAB/RJ decidir se pune ou não o advogado e professor, e que pena aplicará: advertência, suspensão ou até cassação de registro.

SOBERANA – O atual responsável pelo Escritório-Modelo da FND, professor Roberto Litrento, manifestou apoio à atitude da Congregação, reconhecendo sua soberania para tomar decisões, principalmente em se tratando de homofobia. “Uma ação popular dessa natureza além de inconstitucional acirra os ânimos contra os homossexuais”, alertou.

Ele, no entanto, considera legítimo que um cidadão exerça seu direito de propor qualquer ação. Ele não vê, no entanto, inconveniente de o Escritório Modelo analisar as proposições antes de seguir com o processo, embora caiba ao magistrado avaliar o mérito.

Punição rigorosa

“Na minha opinião nem era caso de sindicância. Eu sugeri que fosse aberto processo administrativo, que poderia dar em demissão, dependendo da gravidade da falta. Mas entendo o excesso de zelo da Congregação no trato da questão”, afirmou a diretora da FND, Juliana Magalhães. Para ela, a própria sentença judicial já é bastante esclarecedora e o termo homofobia utilizado pela magistrada na análise da petição já expõe o preconceito inculcado na ação, “o que é incompatível com a ordem constitucional vigente”, acentuou.

Outro agravante contra Agnelo Medeiros, segundo Juliana Magalhães, foi a utilização de uma estrutura de prestação de serviço à população, cuja prioridade é garantir direitos dos cidadãos e não o contrário. Ela espera que a sindicância administrativa apure se há co-responsáveis pela ação preconceituosa. Juliana informou que está consultando a lei para constituir a comissão de sindicância administrativa aprovada pela Congregação.

Questão vai ao Consuni

O decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Alcino Ferreira Câmara, vai propor ao Conselho Universitário, consultar depois de direção da FND, que aprove resolução proibindo a qualquer órgão de representação jurídica da UFRJ, seja de ensino, pesquisa ou extensão, de propor ou promover ações que signifiquem o cerceamento da liberdade de expressão de grupos sociais organizados.

“É um absurdo que este processo tenha prosseguido. Eu proibi, em 2003, quando era o diretor interino da FND, que o Escritório Modelo desse continuidade ao processo”, informou o decano. Mas Alcino Câmara reconhece que hoje existe um enorme esforço da direção da faculdade e da Congregação em adequar o serviço do Escritório-Modelo ao que há de mais avançado em direitos humanos, e ele próprio justificou o que pode ter ocorrido: “Às vezes as coisas ocorrem numa unidade sem termos informações precisas a respeito.”

Manifestação Vai Dar Praia no Fundão marcou o Dia Mundial da Água

Catadores recolhem meia tonelada de lixo no campus

Mais de meia tonelada de lixo sólido foi recolhida da orla do Fundão na manhã de quinta-feira, 22, Dia Mundial da Água, e depositada no hall da Reitoria da UFRJ. Os grandes sacos, que deixavam à mostra uma variedade de detritos, chamavam a atenção de todos que passavam pelo local. Era grande a quantidade de garrafas pets, pneus, utensílios e objetos de plástico, até material hospitalar (como seringas e comadres). Este foi o segundo ano que integrantes e voluntários de seis cooperativas de catadores realizaram a manifestação Vai Dar Praia no Fundão. Dessa vez, os manifestantes foram até a sessão do Conselho Universitário, falaram e foram aplaudidos.

O objetivo do ato foi mostrar que as cooperativas estão



Foto: Niko Júnior

MANIFESTAÇÃO. O lixo recolhido na orla do Fundão foi exposto no hall da Reitoria

prontas para receber o resultado da coleta seletiva da UFRJ, conforme determina o Decreto-Lei nº 5.940 (de 16/10/2006). Pela lei, qualquer instituição pública federal, estadual ou municipal deve ceder aos catadores todo material reciclável que produz, para que estes se encarreguem da triagem, separação e destino final. Foi esse apoio que o presidente da Coop Fundão, Hélio dos Santos, foi pedir ao Consuni, em nome dos cooperativados presentes ao ato, todos oriundos de comunidades como Maré, Jacarezinho, Alemão, Mesquita. Fez parte da manifestação no térreo da Reitoria a exibição do vídeo de 10 minutos produzido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) sobre o evento do ano passado.

Água, o ouro azul

Responsável pelo laboratório de Gestão do Território, do Instituto de Geociência e membro da Academia Brasileira de Ciência, a professora emérita do curso de Geografia da UFRJ, Berta Becker, aproveitou o movimento Vai Dar Praia no Fundão – organizado exatamente no Dia Mundial da Água – para fazer um alerta em defesa dos mananciais

brasileiros. “A água está se transformando num recurso escasso no planeta em função do crescente consumo e da irrigação. É o ouro azul do século XXI”, alertou.

Embora no conjunto o Brasil ocupe nesse ranking posição privilegiada, porque detém na Amazônia 20% das águas doces do planeta, Berta não descarta possíveis problemas futuros. O Brasil, segundo a pesquisadora, tem problemas de escassez relativa nas metrópoles e no Nordeste, que é semi-árido, mas não tem dúvidas de que “se souber administrar e fazer boa gestão desses recursos”, a reserva de água possui é um trunfo para o seu desenvolvimento.

CONSELHO – Para a pesquisadora, o importante a partir de agora é investir no conhecimento sobre recursos hídricos e identificar quais os problemas existentes relacionados a esses recursos nas diferentes regiões do país, para elaboração de políticas específicas. “Nas metrópoles, a gestão tem que ser mais urgente e qualificada de como usar e conservar mananciais”, disse. Ela citou o Rio de Janeiro como exemplo de região que passou por um processo de metropolização muito rápida, portanto, uma das cidades que corre grande risco de falta de abastecimento. “As matas dos morros foram destruídas para dar lugar a moradias de quem não tinha onde morar. E, com isso, veio a poluição, que destrói mananciais”, explicou Berta Becker.

CONTRADIÇÃO – Uma das grandes contradições do Brasil, segundo a professora e pesquisadora, é que mesmo com abundância de água, inclusive com imensos reservatórios subterrâneos – denominados aquíferos, que foram recentemente descobertos —, ainda é grande a parcela de brasileiros sem acesso ao precioso líquido. “O desafio”, afirmou, “é conhecer, gerir e promover distribuição equitativa à população, e saber como conservar os mananciais.”